



REQUERIMENTO Nº. 648

SESSÃO ORDINÁRIA DE 23/10/2023

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

A importância da gestão democrática reside na capacidade de envolver a comunidade, ouvir diferentes perspectivas e tomar decisões coletivas que reflitam as necessidades e aspirações de todos, promovendo assim a transparência, a participação cidadã e o fortalecimento das instituições democráticas.

Como é de conhecimento público, o Governador Tarcísio de Freitas propôs uma PEC com o objetivo de reduzir o investimento mínimo em educação de 30% para 25%, permitindo maior flexibilidade no uso dos recursos. Esta proposta também apresenta a possibilidade de realocar esse percentual para a área da saúde. É crucial compreender as implicações dessa alteração constitucional e os motivos subjacentes à mesma.

Em conformidade com o documento expedido à Assembleia Legislativa de São Paulo, o Governador alega que a área da saúde tem experimentado um aumento nos gastos nos últimos anos, o que justificaria a necessidade de flexibilização do investimento em educação. Além disso, ele menciona que a Constituição Federal estabelece um mínimo de 25% para a área educacional. No entanto, a proposta de alteração parece questionar a manutenção da vinculação adicional de 5% da receita de impostos para a educação, permitindo que esse valor excedente seja utilizado para outras finalidades específicas.

Nesse contexto, desejamos obter informações adicionais sobre os seguintes aspectos:

Os indicadores da Educação no pós-pandemia, incluindo dados sobre a qualidade do ensino, taxas de perda e evasão escolar, bem como medidas as obrigações para abordar esses desafios.

O impacto da transformação de escolas em Programas de Educação Integral (PEIs) e a construção de escolas de tempo integral pelos municípios para atender às necessidades sociais e educacionais.

As justificativas e estudos que embasaram a proposta de alteração dos percentuais de investimento em educação e saúde, incluindo projeções sobre o impacto financeiro na educação pública.

Os planos do governo para o uso dos recursos que poderiam ser realocados da educação para a área de saúde, considerando o contexto da alteração da pirâmide etária e as necessidades do sistema de saúde.

A retirada de recursos da educação, em caso de aprovação da PEC, representa um tema de grande relevância que merece uma análise criteriosa. Portanto, solicitamos essas informações para embasar nosso posicionamento e contribuir com um debate construtivo sobre essa proposta.

[Parte integrante do Requerimento nº 648/2023]

Para sensibilizar as autoridades sobre a necessidade de aplicação dos recursos atualmente estipulados na Constituição Estadual, é fundamental destacar a queda nos resultados do SARESP nos anos iniciais e finais da educação. Abaixo, apresento uma versão revisada do seu texto:

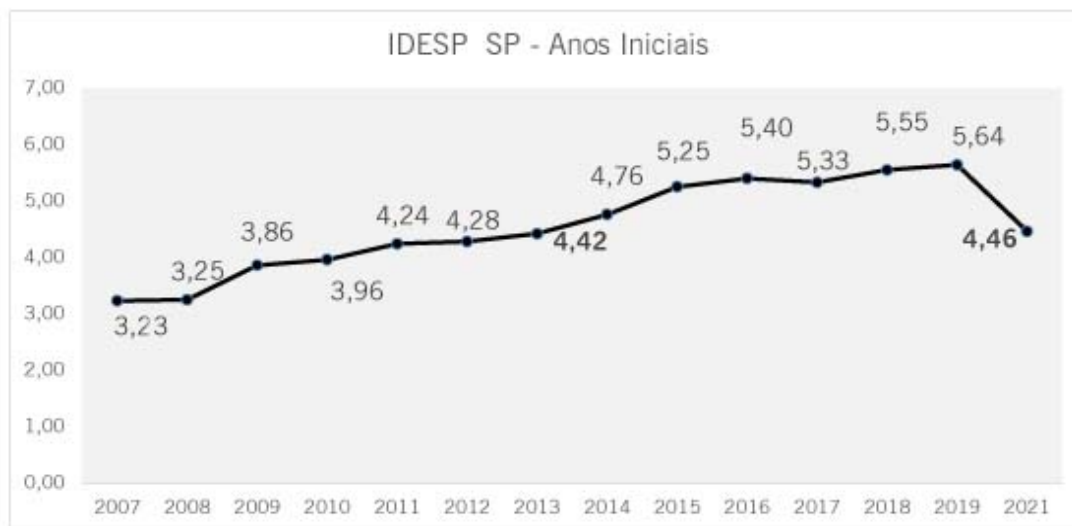
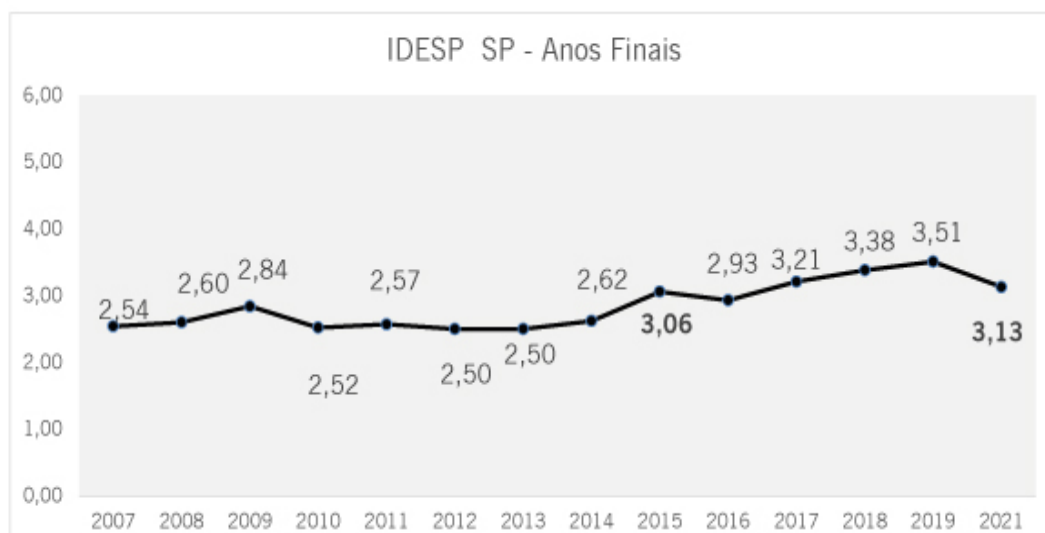
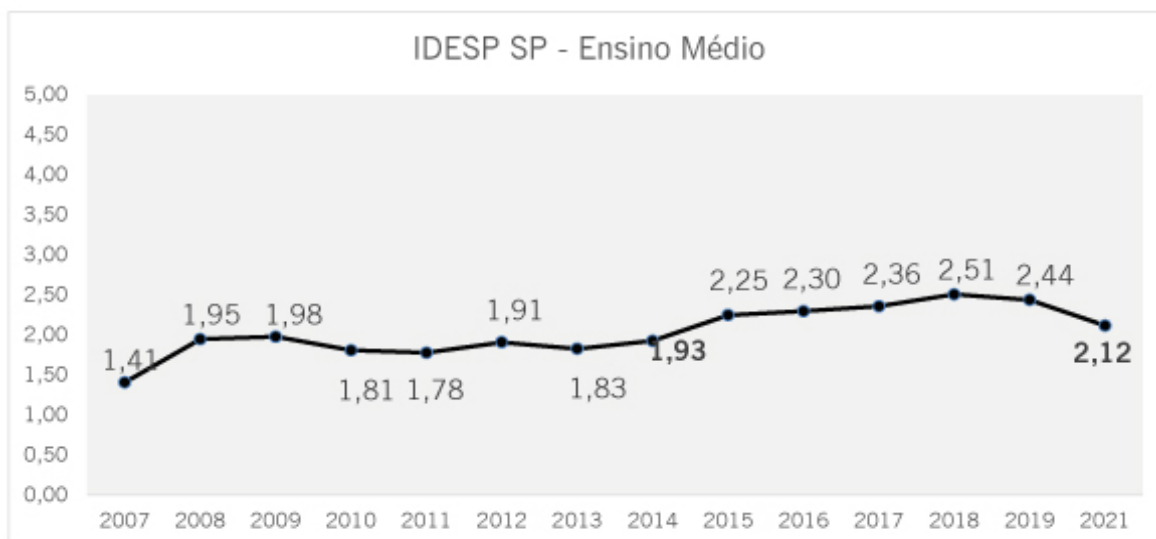


Figura 1 - IDESP SP - ANOS INICIAIS
Fonte: SARESP VUNESP

Os resultados apresentados no IDESP – Anos Iniciais no ano de 2021 estão próximos aos resultados alcançados em 2013, ou seja, não obtivemos evolução.



Os resultados apresentados no IDESP – Anos Finais no ano de 2021 estão próximos aos resultados alcançados em 2015, ou seja, não obtivemos evolução.

[Parte integrante do Requerimento nº 648/2023]

Os resultados apresentados no IDESP – Ensino Médio no ano de 2021 estão próximos aos resultados alcançados em 2014, ou seja, não obtivemos evolução

Os resultados das avaliações não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir um certo desempenho escolar. A sua utilização implica servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada dos docentes e, de maneira decisiva, na definição de elementos para a tomada de decisões que visem a provocar um impacto, ou seja, mudanças no pensar e no agir dos integrantes do sistema.

Pensar os usos da avaliação para a tomada de decisões assertivas se constitui o principal objetivo dos indicadores educacionais e, em face dessa premissa, os resultados expressos nos boletins SARESP e IDESP são importantes ferramentas de análise e reflexão sobre o nível de proficiência alcançado pelos estudantes que nos permitem planejar estratégias e ações com vistas à melhoria das aprendizagens.

A escola, dessa forma, pode melhorar os resultados do indicador de desempenho, no IDESP, ao promover aprendizagens significativas e diminuir o percentual de alunos que se encontram em níveis inferiores da escala de proficiência. Neste sentido, é imprescindível que professores e gestores analisem o percentual de alunos nos diferentes níveis e reflitam sobre as estratégias que permitam promover movimentos ascendentes. Do mesmo modo, é importante a tomada de decisões em termos de fluxo escolar para garantir a aprendizagem de excelência a todos os estudantes na idade certa

Para garantirmos um trabalho eficaz na melhoria da educação, é essencial que façamos investimentos adequados. Retirar recursos que poderiam contribuir para elevar os indicadores educacionais representativos um retrocesso significativo. Portanto, devemos agir com responsabilidade e realizar uma análise detalhada do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Isso nos permitirá identificar as necessidades reais de financiamento e direcionar os recursos de forma estratégica para promover um ensino de qualidade.



[Parte integrante do Requerimento nº 648/2023]



Os números apresentados do Estado de São Paulo devem ser debruçados e partilhados nas realidades dos municípios paulistas, pois, muitas das vezes a realidade de um não perfaz a de outro, portanto, devemos observar o Estado como um todo e a Educação também.

Finalmente, ratificamos a nossa preocupação com a mudança de concepção orçamentária adotada pelo governo paulista e que poderá interferir diretamente em seus municípios e pior ainda, em suas crianças e adolescentes que estão dentro das escolas.

Agradecemos sinceramente pela atenção e cooperação no fornecimento dessas informações. Estamos à disposição para discussão adicional sobre esse tema, caso seja necessário.

Assim, **REQUEREMOS**, depois de cumpridas as formalidades regimentais, ouvido o Plenário, ao Secretário de Educação do Estado de São Paulo, **RENATO FEDER** e à Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, **MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA**, solicitando, informações relevantes e esclarecimentos sobre a proposta de emenda constitucional que visa modificar os percentuais de investimento em educação e saúde no Estado de São Paulo, visto que os dados das avaliações externas nos preocupam, pois apresentam indicadores de aprendizagem decrescentes.

Plenário “Ver. Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 23 de outubro de 2023.

Vereadores Autores:

ALESSANDRA LUCCHESI
PSDB

PALHINHA
UNIÃO

MARCELO SLEIMAN
UNIÃO

ALO/rr



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



Assinaturas Digitais



O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar?chave=YRC098JG9P318GM1>, ou vá até o site <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: YRC0-98JG-9P31-8GM1

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - YRC0-98JG-9P31-8GM1 -
Para validação acessar: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar>